

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rumo Malha Paulista S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Paulista S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas explicativas no 3.12 e no 14)

A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido, relativo a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerado recuperável com base na geração de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo (i) expectativa de carregamento da produção de açúcar e grãos dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo, principalmente, para exportação; (ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; e (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; e (iv) outras condições macro econômicas. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

RUMO MALHA PAULISTA – RUMO MALHA PAULISTA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Paulista – Rumo Malha Paulista S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparados de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais analisa a Companhia como parte de segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo que contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T17	4T16	Var. %	12M17	12M16	Var. %
Receita Líquida	422,8	300,1	40,9%	1.572,8	1.567,3	0,4%
Custo dos Serviços Prestados	- 445,1	- 380,6	17,0%	(1.573,9)	(1.485,9)	5,9%
Lucro Bruto	(22,3)	(80,5)	-72,3%	(1,0)	81,5	n.a.
Margem Bruta (%)	-5%	-27%	21,5 p.p.	0%	5%	-5,3 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	- 16,5	- 5,8	184,0%	(36,7)	(22,7)	61,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	- 5,0	15,1	-132,9%	(1,4)	9,2	-115,1%
Depreciação e Amortização	132,6	110,2	20,3%	405,5	377,7	7,3%
EBITDA	88,7	39,0	127,5%	366,3	445,7	-17,8%
Margem EBITDA (%)	21,0%	13,0%	8 p.p.	23,3%	28,4%	-5,1 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	- 48,0	- 69,4	-30,8%	(217,7)	(283,9)	-23,3%
Imposto de renda e contribuição social	32,7	45,0	-27,3%	92,6	74,6	24,2%
Prejuízo	(59,2)	(95,6)	-38,1%	(164,2)	(141,3)	16,2%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 422,8 milhões, crescimento de 40,9% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$ 88,7 milhões comparado a um EBITDA de R\$ 39,0 milhões. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 59,2 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017 comparado a um prejuízo de R\$ 95,6 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.572,8 milhões, crescimento de 0,4% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda. O EBITDA foi de R\$366,3 milhões, comparado a um EBITDA de R\$445,7 milhões. A Companhia apresentou prejuízo de R\$164,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a um prejuízo de R\$ 141,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Rumo Malha Paulista S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63	1.552
Títulos e valores mobiliários	5	233.067	43.632
Contas a receber de clientes	6	189.366	35.839
Estoques		51.653	51.412
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		24.359	17.168
Outros tributos a recuperar	7	24.863	23.757
Adiantamento a fornecedores	9	104.438	369.707
Outros ativos		16.861	11.246
Ativo circulante		<u>644.670</u>	<u>554.313</u>
Caixa restrito	5	27.398	23.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	975.073	882.438
Outros tributos a recuperar	7	432.573	392.985
Depósitos judiciais	18	181.840	175.139
Debêntures privadas	10	-	396.934
Adiantamento a fornecedores	9	46.720	-
Outros ativos		20.269	21.203
Investimentos em associadas	11	44.690	44.690
Imobilizado	12	3.155.511	3.023.375
Intangíveis		3.792	34.983
Ativo não circulante		<u>4.887.866</u>	<u>4.995.122</u>
Total do ativo		<u>5.532.536</u>	<u>5.549.435</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	165.386
Arrendamento mercantil	19	15.914
Fornecedores	15	347.991
Ordenados e salários a pagar		24.777
Outros tributos a pagar		10.899
Adiantamentos de clientes	16	332.510
Receitas diferidas	17	38.045
Outros passivos financeiros	27.b	159.977
Outras contas a pagar		<u>18.976</u>
Passivo circulante		<u>1.114.475</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	267.994
Arrendamento mercantil	19	17.627
Provisão para demandas judiciais	18	117.403
Arrendamentos e concessões	20	1.580.325
Adiantamentos de clientes	16	2.031.995
Receitas diferidas	17	397.115
Outras contas a pagar		<u>25.384</u>
Passivo não circulante		<u>4.437.843</u>
Total do passivo		<u>5.552.318</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	21	
Capital social		1.747.362
Adiantamento para futuro aumento de capital		200.689
Reserva de capital		77.089
Ajuste de avaliação patrimonial		(91)
Prejuízos acumulados		<u>(2.044.831)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(19.782)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u><u>5.532.536</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

31/12/2016

183.620

169.804

280.630

11.563

3.558

2.013.910

41.449

97.011

29.970

2.831.515

426.654

33.254

123.614

1.395.418

-

436.603

157.977

2.573.520

5.405.035

1.747.362

200.689

77.089

(91)

(1.880.649)

144.400

5.549.435

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos resultados para o período findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional líquida	23	1.572.835	1.567.313
Custos dos serviços prestados	24	(1.573.858)	(1.485.856)
Lucro bruto		(1.023)	81.457
Despesas comerciais, gerais e administrativas	24	(36.733)	(22.708)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(1.394)	9.245
Despesas operacionais		(38.127)	(13.463)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		(39.150)	67.994
Despesas financeiras		(271.441)	(351.324)
Receitas financeiras		54.102	69.987
Variação cambial, líquida		(329)	(2.581)
Resultado financeiro líquido	25	(217.668)	(283.918)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(256.818)	(215.924)
Imposto de renda e contribuição social	14		
Corrente		-	(3.896)
Diferido		92.636	78.471
		92.636	74.575
Resultado do exercício		(164.182)	(141.349)
Prejuízo básico e diluído por ação	22		
Por ação ordinária		(0,00043)	(0,0006)
Por ação preferencial		(0,00043)	(0,0006)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Reserva de capital				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Opções outorgadas	Ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.747.362	200.689	17.566	59.523	(91)	(1.880.649)	144.400	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(164.182)	(164.182)	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(164.182)	(164.182)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.747.362	200.689	17.566	59.523	(91)	(2.044.831)	(19.782)	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	AFAC	Reserva de capital				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Opções outorgadas	Ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01 de janeiro de 2016	1.702.362	-	17.566	59.523	-	(1.739.300)	40.151	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(141.349)	(141.349)	
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	(91)	-	(91)	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(91)	(141.349)	(141.440)	
Aumento de capital	45.000	-	-	-	-	-	45.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 21)	-	200.689	-	-	-	-	200.689	
Total das transações com acionistas	45.000	200.689	-	-	-	-	245.689	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.747.362	200.689	17.566	59.523	(91)	(1.880.649)	144.400	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(256.818)	(215.924)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	405.466	377.725
Provisão para participações nos resultados	12.486	(511)
Perda apurada nas baixas do ativo permanente	4.299	6.414
Arrendamento e concessões	57.293	57.053
Provisão para demandas judiciais	8.912	(9.684)
Provisão com créditos de liquidação duvidosa	770	(350)
Provisão para take or pay e estadia	(8.042)	4.420
Realização de receitas diferidas	(43.855)	(37.113)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	182.680	239.216
Outros	2.612	(1.575)
	<u>365.803</u>	<u>419.671</u>
Varição em:		
Contas a receber de clientes	(152.316)	115.982
Adiantamentos de clientes	350.595	1.499.048
Adiantamento a fornecedores	-	(369.707)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(35.415)	40.140
Impostos e contribuições sociais a recolher	5.032	(5.801)
Estoques	927	(17.829)
Ordenados e salários a pagar	728	(7.156)
Fornecedores	272.829	(561.810)
Outros passivos financeiros	40.579	(56.967)
Demandas judiciais	(24.855)	(3.277)
Outros ativos e passivos, líquidos	(180.354)	(32.991)
	<u>277.750</u>	<u>599.632</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>643.553</u>	<u>1.019.303</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(182.809)	(42.454)
Caixa restrito	(4.023)	(3.701)
Debêntures privadas	437.609	-
Adições ao imobilizado e intangíveis	(487.558)	(519.672)
Partes relacionadas - mútuo	-	25.694
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(236.781)</u>	<u>(540.133)</u>

Fluxo de caixa de atividades de financiamentos

Captações	-	75.462
Amortização de principal	(177.408)	(211.376)
Pagamento de juros	(46.581)	(63.621)
Amortização de arrendamento mercantil - principal	(116.712)	(178.222)
Pagamento de arrendamento mercantil - juros	(67.560)	(104.339)
Aumento de capital	-	45.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 20)	-	200.689
Partes relacionadas	-	(242.415)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(408.261)	(478.822)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(1.489)	348
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.552	1.204
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	63	1.552

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício

findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Prestação de serviços	1.761.296	1.760.832
Outras receitas operacionais, líquidas	15.477	28.336
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(770)	350
	<u>1.776.003</u>	<u>1.789.518</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(638.606)	(554.606)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(276.920)	(270.623)
Outros	(16.655)	(20.676)
	<u>(932.181)</u>	<u>(845.905)</u>
Valor adicionado bruto	<u>843.822</u>	<u>943.613</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(405.466)	(377.725)
	<u>(405.466)</u>	<u>(377.725)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>438.356</u>	<u>565.888</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	54.102	69.987
	<u>54.102</u>	<u>69.987</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>492.458</u>	<u>635.875</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	<u>98.556</u>	<u>84.185</u>
Remuneração direta	78.704	69.704
Benefícios	15.895	11.641
FGTS	3.957	2.840
Impostos, taxas e contribuições	<u>83.621</u>	<u>119.383</u>
Federais	63.277	100.143
Estaduais	19.340	18.498
Municipais	1.004	742

Remuneração de capitais de terceiros	474.463	573.656
Juros	<u>271.770</u>	<u>353.905</u>
Aluguéis	<u>202.693</u>	<u>219.751</u>
Remuneração de capitais próprios	(164.182)	(141.349)
Resultado do exercício	<u>(164.182)</u>	<u>(141.349)</u>
	<u>492.458</u>	<u>635.875</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Paulista S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Paulista”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 30 de dezembro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário principalmente no estado de São Paulo. A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”) anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A..

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em dezembro de 2028.

A Companhia detém o controle compartilhado da investida Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (“Portofer”). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela Rumo Malha Norte (“Rumo Malha Norte”) e pela Companhia, sócias que possuem, cada uma, 50% de suas quotas. A Portofer controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto, através de contrato assinado com a CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo por um período de 25 anos, prorrogável de comum acordo entre as partes.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 469.805, passivo a descoberto de R\$ 19.782, prejuízo do exercício de R\$ 164.182. Por outro lado, registrou R\$ 643.553 de geração de caixa nas atividades operacionais no exercício.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional em 31 de dezembro de 2017.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Certos montantes dos saldos comparativos foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício, com impacto entre linhas no resultado financeiro.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12 - Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

• **Nota 19 – Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• **Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• **Nota 27 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• **Nota 18 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Investimento em controladas em conjunto (equivalência patrimonial das investidas)

A Companhia tem participação em *Joint Ventures*, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômicas das entidades. O acordo exige unanimidade para as decisões financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas *Joint Ventures*, utilizando o método de equivalência patrimonial (nota 11).

A seguinte controlada em conjunto é contabilizada pelo método da equivalência patrimonial:

	Participação direta e indireta	
	31/12/2017	31/12/2016
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desse investimento é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Os outros resultados abrangentes de coligada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado como a valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, que levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(i) Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento superior a três meses na data da compra e outros valores mobiliários pelos quais existe mais que um risco insignificante de mudança de valor devido a taxa de juros, preço cotado ou penalidade na retirada.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

(i) Caixa restrito

O caixa restrito é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos da Companhia, bem como *escrow* para alienações fiduciárias.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação e com um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores. Podem incluir ativos de instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando um investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado tem seus ganhos e perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, parcelamento de débitos – REFIS e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- **Capital social**

- **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido assim como os impostos relacionados.

- **Ações preferenciais**

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido são reconhecidos como passivo.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável.

3.5 Intangíveis

- **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

- i) Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- ii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo de venda menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Benefícios pós emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.9 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário e de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

- **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.12 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.13 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.14 Fluxo de caixa

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- (i) Compra de imobilizado à prazo no montante de R\$ 56.189.

- **Classificação de juros**

- (i) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia estimou o impacto estimado da adoção da IFRS 15 e IFRS 9 sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018 baseando-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido da Companhia em 01 de janeiro de 2018 é de aproximadamente R\$70. O ajuste estimado se refere à aumento em prejuízos acumulados, devido a perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquido dos efeitos tributários.

i. IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- i. Identificar o contrato;
- ii. Identificar as obrigações de desempenho;
- iii. Determinar o preço da transação;
- iv. Alocar o preço da transação; e
- v. Reconhecer a receita

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

a) Prestação de serviços

A Companhia atua na prestação de serviço de transporte. Os serviços são vendidos por conta própria em contratos (formais ou não) identificados e, normalmente, separados com os clientes.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 resulte em diferenças no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e, em muitos casos, aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras. Em particular devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho, além da desagregação das receitas por componentes de venda de bens e serviços. Em 2017 a Companhia testou os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias e concluiu que o impacto nas divulgações não será significativo devido às características dos serviços prestados pela Companhia.

c) Outros ajustes

As exigências de reconhecimento e mensuração na IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não foram identificadas diferenças decorrentes dessas mudanças para a Companhia.

ii. IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge* accounting. A IFRS 9 é efetiva para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, com permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá rerepresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

b) *Impairment*

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida dos seus empréstimos e recebíveis, a provisão para perdas aumentará, com a correspondente redução do ativo fiscal diferido.

c) *Hedge accounting*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas em relações de *hedge* efetivas continuarão a ser qualificadas para *hedge accounting* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os *hedges* onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com a IAS 39. Como a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por *hedges* efetivas, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) *Outros ajustes*

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos e investimentos em associadas, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

iii. IFRS 16 Arrendamentos

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. O impacto mais significativo identificado decorrerá do registro de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de ativos vinculados às concessões.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de recolhimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	<u>63</u>	<u>1.552</u>
	<u>63</u>	<u>1.552</u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito (veja nota 5) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia, mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 8).

5 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos mobiliários	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	<u>233.067</u>	<u>43.632</u>
	<u>233.067</u>	<u>43.632</u>

- (i) Títulos públicos mantidos para negociação possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valores depositados em garantia	<u>2.398</u>	-
Fianças bancárias	<u>25.000</u>	<u>23.375</u>
	<u>27.398</u>	<u>23.375</u>

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes terceiros	<u>35.847</u>	19.496
Clientes partes relacionadas (Nota 8)	<u>162.699</u>	24.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.180)</u>	<u>(8.410)</u>
	<u>189.366</u>	<u>35.839</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	<u>139.290</u>	11.252
Vencidas		
Até 30 dias	<u>17.293</u>	369
De 31 a 60 dias	<u>1.120</u>	53
De 61 a 90 dias	<u>6.763</u>	109
Mais de 90 dias	<u>34.080</u>	32.466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.180)</u>	<u>(8.410)</u>
	<u>189.366</u>	<u>35.839</u>

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	8.410	8.760
Adições	2.954	1.044
Reversões	(2.184)	(1.394)
Saldo em 31 de dezembro	<u>9.180</u>	<u>8.410</u>

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos, ou no caso de falência, saldo integral independente do prazo.

7 Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	46.047	58.709
ICMS ⁽ⁱ⁾	311.319	280.083
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	97.112	77.950
Outros	2.958	-
	<u>457.436</u>	<u>416.742</u>
Circulante	24.863	23.757
Não circulante	<u>432.573</u>	<u>392.985</u>
	<u>457.436</u>	<u>416.742</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

8 Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	39.589	17.583
Rumo Malha Sul	3.092	335
Rumo S.A	4.270	1.329
Rumo Malha Norte	113.488	3.082
Outros	2.260	2.424
	162.699	24.753
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Energia S.A.	-	5.288
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	-	1.354
Rumo S.A	89.578	360.000
	89.578	366.642
Ativo circulante	252.277	391.395
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Energia S.A.	10.014	-
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	111	-
Rumo Malha Sul S.A.	36.595	-
	46.720	-
Ativo não circulante	46.720	-
Total do ativo	298.997	391.395
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	9.249	1.499
Raízen Combustível S.A.	57.084	29.234
Rumo Malha Sul S.A.	17.473	15.695
Rumo S.A	30.049	55.448
Rumo Malha Norte	18.060	9.243
Outros	3.058	6.011
	134.973	117.130
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Oeste S.A.	20.000	100.000
Rumo Malha Norte	300.000	1.913.737
Brado Holding	12.469	-
Outros	-	173
	332.469	2.013.910
Passivo circulante	467.442	2.131.040
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Oeste S.A.	27.075	-
Rumo Malha Norte	2.004.920	-
	2.031.995	-
Passivo não circulante	2.031.995	-
Total do passivo	2.499.437	2.131.040

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional líquida		
Rumo S.A.	77.424	207.081
Raízen Combustíveis S.A.	65.425	58.716
Rumo Malha Norte S.A.	1.265.337	1.192.169
Rumo Malha Sul S.A.	41.376	23.983
Rumo Malha Oeste S.A.	9.802	7.212
Brado Logística S.A	11.100	12.128
Outros	16.405	17.336
	<u>1.486.869</u>	<u>1.518.625</u>
Compras de serviços		
Rumo S.A.	(279.055)	(302.709)
Rumo Malha Sul S.A.	(46.889)	(37.913)
Rumo Malha Norte S.A.	(239.783)	(201.854)
Raízen Combustíveis S.A.	(550.737)	(461.262)
Brado Logística S.A	(3.290)	(4.980)
Outras	(4.811)	(1.617)
	<u>(1.124.565)</u>	<u>(1.010.335)</u>
Despesas compartilhadas		
Rumo Malha Sul S.A.	(22.536)	(29.312)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.055)	(1.906)
Outras	(8.526)	(4.104)
	<u>(33.117)</u>	<u>(35.322)</u>
Resultado financeiro		
Rumo S.A.	40.675	53.071
Rumo Malha Oeste S.A.	-	(5.024)
Outras	-	(2.520)
	<u>40.675</u>	<u>45.527</u>

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 7.830, sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

9 Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores	14.860	3.065
Fornecedores partes relacionadas (Nota 8) ⁽ⁱ⁾	136.298	366.642
	<u>151.158</u>	<u>369.707</u>
Circulante	104.438	369.707
Não circulante	46.720	-
	<u>151.158</u>	<u>369.707</u>

(i) Adiantamento referente a utilização de vagões para realização de serviços de transporte.

10 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 30.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 300.000 emitidas pela sua controladora como segue:

<u>Série</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Remuneração anual</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Debêntures privadas - Rumo S.A.	06/01/2015	300.000	06/01/2029	CDI+1,30% a.a	-	396.934

O saldo de atualização financeira totalizou R\$40.675 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.201 em 31 de dezembro de 2016). A transação foi liquidada por disponibilidade de caixa da contraparte.

11 Investimento em controlada em conjunto

A Companhia detém 50% de participação na Portofer conforme divulgado na nota 1.

	<u>Número de ações da investida</u>	<u>Ações da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo em 01 de janeiro de 2017</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2017</u>
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.690	-	44.690
Total				44.690	-	44.690
	<u>Número de ações da investida</u>	<u>Ações da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo em 01 de janeiro de 2016</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2016</u>
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.695	(5)	44.690
Total				44.695	(5)	44.690

Informações da investida

	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Portofer				
31/12/2017	235.413	146.033	89.380	-
31/12/2016	184.944	95.554	89.390	-

12 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2017	40.139	122.413	1.473.953	2.447.302	227.442	23.776	4.335.025
Adições	-	-	-	3.652	540.132	-	543.784
Baixas	-	(41.416)	(362)	-	(4.289)	-	(46.067)
Transferências	4.183	41.951	110.883	291.344	(449.213)	3.894	3.042
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.322	122.948	1.584.474	2.742.298	314.072	27.670	4.835.784
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(14.083)	(79.941)	(664.014)	(538.124)	-	(15.488)	(1.311.650)
Adições	(1.782)	(8.293)	(193.630)	(205.194)	-	(1.250)	(410.149)
Baixas	-	41.169	362	-	-	-	41.531
Transferências	(1)	2	413	(412)	-	(7)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(15.866)	(47.063)	(856.869)	(743.730)	-	(16.745)	(1.680.273)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	26.056	42.472	809.939	1.909.178	227.442	8.288	3.023.375
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.456	75.885	727.605	1.998.568	314.072	10.925	3.155.511

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2016	941	1.429.354	2.081.086	180.272	136.974	3.828.627
Adições	-	-	35.086	485.189	-	520.275
Baixas	-	-	(9.202)	(1.728)	(2.074)	(13.004)
Transferências	39.198	44.599	340.332	(436.291)	11.289	(873)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	40.139	1.473.953	2.447.302	227.442	146.189	4.335.025
Valor de depreciação:						
Saldo em 01 de janeiro de 2016	(191)	(472.397)	(405.995)	-	(64.129)	(942.712)
Adições	(422)	(191.138)	(172.703)	-	(8.111)	(372.374)
Baixas	-	-	3.200	-	1.542	4.742
Transferências	(13.470)	(479)	37.374	-	(24.731)	(1.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.083)	(664.014)	(538.124)	-	(95.429)	(1.311.650)
Saldo em 01 de janeiro de 2016	750	956.957	1.675.091	180.272	72.845	2.885.915
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.056	809.939	1.909.178	227.442	50.760	3.023.375

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,47%	376.208	493.256	jul/2022
			376.208	493.256	
Debentures					
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	8,83%	57.172	117.018	jul/2018
			57.172	117.018	
Total			433.380	610.274	
Circulante			165.386	183.620	
Não circulante			267.994	426.654	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Controladora, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 3,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$437.606 (R\$622.038 em 31 de dezembro de 2016).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,89% e TJLP de 7,0%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
13 a 24 meses	106.927	161.154
25 a 36 meses	96.516	105.927
37 a 48 meses	53.797	95.627
49 a 60 meses	10.754	53.306
61 a 72 meses	-	10.640
	<u>267.994</u>	<u>426.654</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 3.570 (R\$3.390 em 31 de dezembro de 2016).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo S.A está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas envolvendo indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros mais restritivos consistem em: (i) endividamento abrangente líquido (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e instrumentos derivativos vinculados à operações de crédito, deduzidos de títulos e valores mobiliários, bem como caixa e equivalentes de caixa)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e operações de derivativos). A apuração para os covenants acima é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da controladora Rumo S.A, sendo que eventual *default* geraria impacto reflexo nos contratos da Companhia.

O *ratio* pactuado para 31 de dezembro de 2017 é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. Os limites são restringidos anualmente até que atinjam 3,0x e 2,0x, respectivamente, em 2021.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de “*covenants*”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 01 de janeiro de 2016	741.610
Captação	75.462
Amortização de principal	(211.376)
Pagamento de juros	(63.621)
Atualização monetária, cambial e valor justo	68.199
Saldo em 01 de janeiro de 2017	610.274
Amortização de principal	(177.408)
Pagamento de juros	(46.581)
Atualização monetária, cambial e valor justo	47.095
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>433.380</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(256.818)	(215.924)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	87.318	73.414
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Amortização de ágio (realização)	5.552	5.552
Efeito de amortização do direito de concessão	(337)	(1.080)
Outros	103	(3.311)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>92.636</u>	<u>74.575</u>
Taxa efetiva	<u>36,07%</u>	<u>34,54%</u>

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	702.028	628.605
Base negativa de contribuição social	252.800	226.368
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	52.194	56.619
Provisão <i>impairment</i>	3.466	12.735
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	3.121	2.859
Provisões de participações no resultado	3.432	1.347
Revisão de vida útil	139.729	80.429
Diferenças temporárias	12.840	12.163
Outros	6.611	7.143
Tributos diferidos - Ativos	<u>1.176.221</u>	<u>1.028.268</u>
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Arrendamento Mercantil	(201.148)	(145.830)
Tributos diferidos - Passivos	<u>(201.148)</u>	<u>(145.830)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u>975.073</u>	<u>882.438</u>
Diferido Ativo	975.073	882.438

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis. Em linha com seu plano de negócios, a Companhia espera realizar seus tributos diferidos ativos no prazo máximo de 10 anos.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2016	803.966
Resultado	78.471
Outros	1
Saldo em 31 de dezembro de 2016	882.438
Resultado	92.636
Outros	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>975.073</u>

15 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores de serviços e materiais	289.053	250.306
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	58.816	30.275
Outros	122	49
	<u>347.991</u>	<u>280.630</u>
Fornecedores	213.018	163.500
Fornecedores de partes relacionadas (Nota 8)	134.973	117.130
	<u>347.991</u>	<u>280.630</u>

16 Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes	41	-
Clientes partes relacionadas (Nota 8) ⁽ⁱ⁾	<u>2.364.464</u>	<u>2.013.910</u>
	<u>2.364.505</u>	<u>2.013.910</u>
Circulante	332.510	2.013.910
Não circulante	<u>2.031.995</u>	-
	<u>2.364.505</u>	<u>2.013.910</u>

- (i) Os adiantamentos a clientes são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

17 Receitas diferidas

	31/12/2017		31/12/2016	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Receitas diferidas	38.045	397.115	41.449	436.603

Saldo decorrente de contratos de transporte e investimentos firmados com clientes cujo objeto foi a reforma, aquisição ou construção de ativos para a Companhia, primariamente via permanente, em contrapartida a um fluxo de serviço de transporte pré-determinado, o qual deverá ser realizado pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga (até 2028).

18 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	67	62
Cíveis, regulatórias e ambientais	45.217	44.490
Trabalhistas	72.119	79.062
	117.403	123.614

	Depósitos judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	1.225	946
Cíveis, regulatórias e ambientais	123.501	121.666
Trabalhistas	57.114	52.527
	181.840	175.139

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	31.204	94.947	126.151
Provisionados no exercício	48	4.936	26.634	31.618
Baixas por reversão / pagamento	-	(1.330)	(47.919)	(49.249)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	14	9.680	5.400	15.094
Saldo em 01 de janeiro de 2017	62	44.490	79.062	123.614
Provisionados no exercício	-	3.521	10.676	14.197
Baixas por reversão / pagamento	-	(4.246)	(23.487)	(27.733)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5	1.452	5.868	7.325
Saldo em 31 de dezembro de 2017	67	45.217	72.119	117.403

(i) Inclui baixa de juros

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS - Exportação	4.681	-
PIS/COFINS Tráfego Mútuo	32.967	38.285
IRRF <i>Swap</i> ⁽ⁱ⁾	72.466	68.382
Contribuições Previdenciárias	45.985	43.764
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	36.479	34.007
ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	310.334	-
Outros	65.044	60.587
	<u>567.956</u>	<u>245.025</u>

- (i) IRRF *Swap*: A ALL Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (ii) Adição do período referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (iii) ICMS: Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Companhia, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	824.355	774.499
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	76.123	82.801
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	108.524	105.154
	<u>1.009.002</u>	<u>962.454</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	<u>232.075</u>	<u>210.822</u>
	<u>232.075</u>	<u>210.822</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

19 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e cinco anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	18.255	18.569	36.824	219.246
Material rodante	18.255	18.569	36.824	219.246
<u>Juros na parcela</u>	(2.341)	(942)	(3.283)	(16.188)
Material rodante	(2.341)	(942)	(3.283)	(16.188)
Valor presente dos pagamentos mínimos	15.914	17.627	33.541	203.058
Circulante			15.914	169.804
Não circulante			17.627	33.254

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 01 de janeiro de 2016	438.233
Amortização de principal	(178.222)
Pagamento de juros	(104.339)
Atualização juros, variação monetária e cambial	47.386
Saldo em 01 de janeiro de 2017	203.058
Amortização de principal	(116.712)
Pagamento de juros	(67.560)
Atualização juros, variação monetária e cambial	14.755
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.541

Arrendamentos operacionais

	Total dos pagamentos mínimos futuros				
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total em 31/12/2017	Total em 31/12/2016
Bens					
Vagões	4.996	20.709	5.695	31.400	36.983
Total	4.996	20.709	5.695	31.400	36.983

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

20 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Arrendamento	28.726	32.684
Concessão	16.129	17.012
	44.855	49.696
<u>Valores em discussão judicial:</u>		
Arrendamento	1.535.470	1.345.722
	1.535.470	1.345.722
Total	1.580.325	1.395.418

Discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, a Rumo Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a Companhia possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação.

A Rumo Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Companhia com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada, cancelada ou expirada.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 referentes a esta ação totalizavam R\$119.806 (R\$ 118.820 em 31 de dezembro de 2016) e são apresentados na linha de ações cíveis, regulatórias e ambientais, conforme nota 18.

21 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 1.747.362 sendo assim constituído:

Em milhares de ações	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	31.878.842	31.878.842
Preferenciais	58.947.782	58.947.782
	90.826.624	90.826.624

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;
- Participação em igualdade no recebimento dos dividendos.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um compromisso de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de AFAC de R\$ 200.689.

22 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o prejuízo básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Básico e diluído

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(164.182)	(141.349)
Por ação ordinária	(57.626)	(49.612)
Por ação preferencial	(106.556)	(91.737)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	133.006.404	90.768.537
Média ponderada de número de ações preferenciais	245.944.706	167.841.851
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,00043)	(0,00055)
Por ação preferencial	(0,00043)	(0,00055)

23 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta na venda de serviços	1.761.296	1.760.832
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(188.461)	(193.519)
Receita operacional líquida	<u>1.572.835</u>	<u>1.567.313</u>

Abertura da receita líquida de venda de serviços:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Transporte	334.371	412.920
Partilha e direito de passagem	1.191.309	1.118.838
Outros	47.155	35.555
	<u>1.572.835</u>	<u>1.567.313</u>

24 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhado como segue:

a) Despesas por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Material de uso na prestação serviço	(26.584)	(37.464)
Mão de obra contratada	(86.845)	(67.424)
Despesas com pessoal	(131.522)	(97.121)
Despesas com transporte	(779.639)	(706.434)
Depreciação e amortização	(405.466)	(377.725)
Arrendamento e concessão	(57.293)	(59.340)
Arrendamento mercantil operacional	(6.917)	(7.439)
Outras despesas	(116.325)	(155.617)
	<u>(1.610.591)</u>	<u>(1.508.564)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(1.573.858)	(1.485.856)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(36.733)	(22.708)
	<u>(1.610.591)</u>	<u>(1.508.564)</u>

25 Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(46.488)	(67.167)
Amortização do gasto de captação	(997)	(1.034)
Fianças e garantias sobre dívidas	(34.917)	(40.522)
	<u>(82.402)</u>	<u>(108.723)</u>
Rendimento de aplicação financeira	<u>8.966</u>	<u>3.507</u>
	8.966	3.507
	<u>(73.436)</u>	<u>(105.216)</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	42.866	63.408
Arrendamento e concessão	(132.258)	(157.958)
Arrendamento mercantil	(884)	(24.481)
Despesas bancárias e outros	(20.501)	(5.005)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(29.534)	(41.638)
Variação cambial e derivativos	(329)	(2.581)
Juros sobre outras obrigações	(3.592)	(10.447)
	<u>(144.232)</u>	<u>(178.702)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(217.668)</u>	<u>(283.918)</u>
Despesas financeiras	(271.441)	(351.324)
Receitas financeiras	54.102	69.987
Variação cambial	(329)	(2.581)
Resultado financeiro, líquido	<u>(217.668)</u>	<u>(283.918)</u>

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Constituição) / reversão de provisão para demandas judiciais	(8.912)	9.684
Resultado na venda de estoques e inservíveis	7.942	-
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(4.299)	(6.414)
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>3.875</u>	<u>5.975</u>
	<u>(1.394)</u>	<u>9.245</u>

27 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	<u>233.067</u>	43.632
	<u>233.067</u>	43.632
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	63	1.552
Contas a receber de clientes	189.366	35.839
Debêntures privadas	-	396.934
Caixa restrito	<u>27.398</u>	23.375
	<u>216.827</u>	457.700
Total	<u><u>449.894</u></u>	<u><u>501.332</u></u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	433.380	610.274
Arrendamento mercantil	33.541	203.058
Fornecedores	347.991	280.630
Outros passivos financeiros	159.977	97.011
Parcelamento de débitos - REFIS	4.463	-
	<u>979.352</u>	1.190.973
Total	<u><u>979.352</u></u>	<u><u>1.190.973</u></u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	63	1.552
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	233.067	43.632
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	27.398	23.375
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	189.366	35.839
	<u>449.894</u>	<u>104.398</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é o valor registrado, como demonstrado na nota 13, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2017</u>
AA	25.286
AAA	235.242
Total	<u>260.528</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(209.394)	(150.714)	(247.491)	(92.334)	(699.933)	(710.300)
Fornecedores	(347.991)	-	-	-	(347.991)	(280.630)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(159.977)	-	-	-	(159.977)	(97.011)
Parcelamento de débitos - REFIS	(4.786)	-	-	-	(4.786)	-
Arrendamento mercantil	(20.634)	(16.120)	(4.573)	-	(41.327)	(216.421)
	<u>(742.782)</u>	<u>(166.834)</u>	<u>(252.064)</u>	<u>(92.334)</u>	<u>(1.254.014)</u>	<u>(1.304.362)</u>

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam à alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$159.977 (R\$97.011 em 31 de dezembro de 2016). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 8,80% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

I. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,40%	10,10%	5,10%	3,40%
CDI	6,33%	7,90%	9,50%	4,70%	3,20%
TJLP	7,00%	8,80%	10,50%	5,30%	3,50%
IPCA	3,29%	4,10%	4,90%	2,50%	1,60%

A Companhia utiliza consultoria especializada para as projeções de mercado.

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa restrito	1.547	387	774	(387)	(774)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.012)	(7.253)	(14.506)	7.253	14.506
Arrendamento mercantil	(1.801)	(450)	(900)	450	900
Impactos no resultado do exercício	(29.266)	(7.316)	(14.632)	7.316	14.632

(i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,89% a.a. e 7,00% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 13.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos			
	Valor contábil		mensurados ao valor justo	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos			Nível 2	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	<u>233.067</u>	<u>43.632</u>	<u>233.067</u>	<u>43.632</u>
Total	<u><u>233.067</u></u>	<u><u>43.632</u></u>	<u><u>233.067</u></u>	<u><u>43.632</u></u>